

# Constitucionalidade

Uma das críticas feitas ao pacote econômico de quarta-feira, na parte dos empréstimos compulsórios, foi sobre sua inconstitucionalidade. Até o ministro Leitão de Abreu opinou, condenando a iniciativa com base na lei-tura do Artigo 18, parágrafo 3º, inciso II da Constituição, que diz: "(...) somente a União, nos casos excepcionais de-finidos em lei complementar, poderá instituir empréstimo compulsório". O ex-chefe do Gabinete Civil questionou a constitucionalidade da matéria por-que ela acaba de ser estabelecida por decreto-lei, não por lei complementar.

Ontem, o consultor-geral da Repú-blica, Saulo Ramos, veto com a répli-ca, acentuando que os empréstimos compulsórios foram adotados em per-feita consonância com o texto constitu-cional. Mostrou, entre os casos excep-cionais definidos em lei complementar, o Artigo 15 do Código Tributário Na-cional (ele mesmo uma lei complemen-tar), que dispõe: "Somente a União, nos seguintes casos excepcionais, pode ins-tituir empréstimos compulsórios: I — guerra externa, ou sua iminência; II — calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis; III — conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo".

Para Saulo Ramos, o que o gover-no fez foi exatamente isso: diante da conjuntura que revelava consumo anormal de combustíveis e elevava o número de viagens internacionais, de-corrente do aumento do poder aquisiti-

vo da população, apelou para o em-préstimo compulsório devidamente de-finido em lei complementar.

## Comunicação

O que o governo mais necessita, nes-sa quadra amarga, é de comunicação. Há necessidade de todos os órgãos, ins-trumentos e pessoas envolvidas na questão sentarem ao redor da mesa e equacionarem amplo e imediato plano de tentativa de esclarecimento popular do pacote econômico. Se perder a bata-lha da comunicação, o Palácio do Pla-nalto arrisca-se a perder parte da opi-nião pública e, mesmo, as eleições de novembro.

## Virtude

Para o ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, a nova Lei de Greve, on-tem divulgada, não contentará os tra-balhadores nem os empresários. Críti-cas virão, dos dois lados, mas, em seu entender, essa é a reforma possível, pa-ra o momento. Espera que o Congresso aprove.

## Não previram

De um líder do PMDB, ontem, após conhecer as razões alegadas para a edição das reformas econômicas: "Tu-do isso por causa do aumento da de-manda? Mas será que quando fizeram o Plano Cruzado não especularam so-bre os seus efeitos? Os economistas ofi-ciais brasileiros só trabalharam com a rotina. São incapazes de supor conse-quências que não constem dos livros".